



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

HELDER DA SILVA CELESTE

**A PERCEÇÃO DOS CONTABILISTAS DE SOUSA-PB ACERCA DOS
PRINCIPAIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA NAS EMPRESAS**

**SOUSA - PB
2011**

HELDER DA SILVA CELESTE

**A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DE SOUSA-PB ACERCA DOS
PRINCIPAIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA NAS EMPRESAS**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Esp. Gianinni Martins Pereira.

**SOUSA - PB
2011**

HELDER DA SILVA CELESTE

**A PERCEÇÃO DOS CONTABILISTAS DE SOUSA-PB ACERCA DOS
PRINCIPAIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA NAS EMPRESAS**

Este projeto foi dito como adequado para a apresentação no curso de Ciências Contábeis, como requisito parcial para a disciplina de Pesquisa Aplicada, e aprovada pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Gianinni Martins Pereira (Orientadora)

Prof.^a. MSc Janeide Albuquerque Cavalcanti - Membro externo

Prof. MSc. Marconi Araújo Rodrigues - Membro externo

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: A percepção dos contabilistas de Sousa-PB acerca dos principais impactos da implantação da nota fiscal eletrônica nas empresas, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 29 de novembro de 2011.

Helder da Silva Celeste
Orientando

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, ao meu Pai (em memória) a minhas irmãs aos meus familiares e especialmente a minha mãe que sempre me deu forças nessa longa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por nos conceder o dom da vida e esse momento de grande importância.

Ao meu Pai Totonho (em memória) a minha Mãe Luzineide por toda a dedicação, amor e carinho, pelo caráter e por me ensinar a lutar por meus objetivos e sempre buscar o melhor. As minhas duas irmãs que sempre estiveram presentes em todos os momentos.

A minha orientadora Prof.: Gianinni Martins que me orientou, pelo seu compromisso e sua paciência ao longo desse trabalho de conclusão de curso.

A todos os professores que contribuíram transmitindo seus conhecimentos.

Aos colegas de classe e de curso pelos momentos de compartilhamento de conhecimento, de alegrias, de conquistas.

A todos os meus tios e tias que sempre me apoiaram e me deram forças para continuar lutando pelos meus objetivos em especial ao meu Tio e Padrinho Geraldo e sua Esposa Elineide e Tio Celeste que contribuíram muito para que este momento se tornasse possível.

A todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente para que se tornasse possível essa conquista.

"A mente que se abre a uma nova idéia,
jamais voltará ao seu tamanho original."

Albert Einstein

RESUMO

A Contabilidade tem evoluído muito nos últimos anos junto com a tecnologia, dessa forma, o processo artesanal de escrituração contábil foi substituído pelo informatizado, buscando um maior controle dos atos e fatos das atividades administrativas. Com isso, surgiu a NF-e que buscou modernizar a relação entre o fisco e as empresas. Nesse sentido, existiu a necessidade de verificar na percepção dos Contabilistas da cidade de Sousa-PB quais dos principais impactos da implantação da NF-e nas empresas sousenses. Sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva e pesquisa de campo, através de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, que foram respondidas pelos Contadores, estes sujeitos da pesquisa. Verificando-se na análise dos resultados que o objetivo proposto neste estudo foi alcançado, uma vez que foram evidenciados os benefícios e desafios da NF-e na opinião de prestadores de serviços contábeis, confirmando os fundamentos apresentados da revisão da literatura. Verificando na análise que um dos maiores impactos foi à resistência por parte dos empresários na utilização do sistema, causada pela falta de conhecimento teórico a respeito do SPED. No entanto, foi identificado também algumas dificuldades na implantação da escrituração digital, ente elas: o cadastro de clientes, fornecedores e produtos; além da integração de sistemas ligados com o ERP versus o SPED. Diante do exposto, observa-se que embora o projeto ainda esteja em fase inicial de implantação, existe concordância da maioria dos respondentes em relação aos benefícios que o sistema oferece. Verificou-se também que o projeto facilita a interligação de sistemas de informações, o que propicia redução da sonegação.

Palavras-chave: Contabilidade Tributária. Escrituração Digital. Nota Fiscal Eletrônica.

ABSTRACT

The Accounting has evolved a lot over the past few years along with the technology, in this way, the artisanal process of accounting records was replaced by computerized, seeking greater control of the acts and facts of administrative activities. With that, appear the NF-e and that she picked modernize the relation among the public revenue and the organizations. In that feeling, there existed the need to verify on perception from the Accountants from city of Sousa-PB what from the principal impacts from introduce from NF-e and on the company's sousenses. Being carried through one it searches bibliographical, descriptive and field research, through questionnaire structuralized with open and closed questions, which will be answered by the Accountants, these citizens of the research. Verifying itself in the analysis of the results that the objective considered in this study was reached, a time that the benefits and challenges of the NF-e in the opinion of rendering of countable services had been evidenced, confirming the presented beddings of the revision of literature. Noting the analysis that one of the biggest impacts was the resistance on the part of businessmen in the use of the system, caused by the lack of theoretical knowledge about the SPED. However, was also identified some difficulties in the implementation of digital bookkeeping, loved them: the register of customers, suppliers and products; in addition to the integration of legacy systems with the ERP versus the SPED. Ahead of the displayed one, it is observed that even so the project still is in initial phase of implantation, exist agreement of the majority of the respondents in relation to the benefits that the system offers. It was also verified that the project facilitates the interconnection of systems of information, what propitiates reduction of the tax evasion.

Key Words: Tax Accounting. Bookkeeping. Digital Electronic.

LISTA DE SIGLAS

- SPED** - Sistema Público de Escrituração Digital
- ECD** - Escrituração Contábil Digital
- EFD** - Escrituração Fiscal Digital
- NF-e** - Nota Fiscal Eletrônica
- CTN** - Código Tributário Nacional
- TI** – Tecnologia da Informação
- CONFAZ** - Conselho Nacional de Política Fazendária
- DANFE** - Documento Auxiliar da Nota fiscal Eletrônica
- ICP Brasil** - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras
- CNPJ** - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária.....	41
Gráfico 2 – Gênero dos Respondentes.....	41
Gráfico 3 – Formação Escolar.....	42
Gráfico 4 – Quantidade de clientes que prestam serviços.....	43
Gráfico 5 – Quantidade de clientes emitem NF-e.....	44
Gráfico 6 – Redução Custos com a implantação da NF-e.....	46
Gráfico 7 – Suporte do Estado Paraíba Satisfação com NF-e.....	47
Gráfico 8 – Benefícios/Vantagens da NF-e.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação em Cursos e Palestras.....	43
Tabela 2 – Sistema de Software.....	44
Tabela 3 – Desafios implantação da NF-e.....	45
Tabela 4 – Ameaças com a vigência da NF-e.....	46
Tabela 5 – Treinamentos sobre NF-e.....	47

SUMÁRIO

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	15
1.1 Delimitação do Tema e Problemática	15
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Justificativa	17
1.4 Procedimentos Metodológicos	18
1.4.1 Classificação da Pesquisa	18
1.4.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados	19
1.4.3 Universo da Pesquisa	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 Definições de Contabilidade	21
2.1.1 A Tecnologia da Informação e a Contabilidade.....	22
2.2 Contabilidade Tributária	26
2.2.1 Sistema Tributário Brasileiro	27
2.3 Escrituração Digital e os Impactos nas Empresas	28
2.3.1 Obrigatoriedade	29
2.4 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)	31
2.4.1 Objetivos e Benefícios	34
2.4.2 Funcionamento	37
2.4.3 Etapas da Operação	40
3 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE A - Questionário.....	55

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

As inovações tecnológicas como a internet gerou muitos desafios no setor contábil, como a criação de softwares contábeis, proporcionando aos usuários da contabilidade mais rapidez nas suas atividades. Agilizando os processos de escrituração através de programas de computador, que facilitam o acesso aos dados e ajudam a controlar os setores financeiros e econômicos das empresas.

Segundo Oliveira (2003), a Contabilidade tem evoluído muito nos últimos anos junto com a tecnologia, e com isso, aconteceram diversas mudanças na legislação tributária e nos procedimentos contábeis. Dessa forma, o processo artesanal de escrituração contábil foi substituído pelo informatizado, buscando um maior controle dos atos e fatos das atividades administrativas.

Assim, torna-se necessária a conscientização dos contadores em melhorar os processos gerenciais e tecnológicos desenvolvendo competências em todos os níveis para aumentar as chances de competição das organizações no mundo globalizado. Já que a contabilidade está voltada para o registro, controle e gerenciamento dos recursos disponíveis e, através das informações contábeis, os gestores podem tomar decisões e supervisionar as atividades operacionais e fiscais.

No que se refere à contabilidade tributária, um sistema informatizado possibilita ao gestor analisar a carga de tributos recolhidos e elaborar um planejamento tributário, evitando com isso, possíveis sanções fiscais, como afirma Oliveira (2003). Observa-se, assim, que a tecnologia da informação nas diversas esferas públicas tornou possível uma maior agilidade no processo de transmissão das informações contábeis e fiscais à Receita Federal.

1.1 Delimitação do Tema e Problemática

Observou-se que as Administrações Tributárias gastam muito recursos para identificar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais dos contribuintes e, isso faz aumentar os custos referentes às necessidades do Estado em prevenir ou até mesmo identificar a evasão tributária das organizações. Com isso, foi desenvolvido de forma

integrada pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil o Sistema Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Buscou-se modernizar a relação entre o fisco e as empresas com a criação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), facilitando a entrega e o processamento através de um sistema único de informações. Com o intuito de atualizar o sistema relacionado às obrigações acessórias utilizando-se a certificação digital.

Esse Sistema de Escrituração Digital consiste na modernização do antigo sistema, em que há uma maior agilidade no processo de emissão e fiscalização, através do uso de softwares especializados, possibilitando uma grande mudança na área fiscal, tanto para o Governo como para os empresários, aumentando assim a responsabilidade do profissional contábil.

Para Silva (2006), esse sistema incide na criação de eficientes mecanismos de comunicação e compartilhamento de dados entre as empresas e as entidades governamentais, em tempo real, através do uso da Internet e de certificações digitais, em busca da substituição de documentos físicos, como a nota fiscal e livros fiscais, por documentos digitais, criando o que se poderia conceituar como contabilidade digital.

Assim, a vida das empresas será impactada por uma verdadeira mudança em relação à emissão de nota fiscal, trazendo integração entre as Administrações Tributárias federal, estadual e municipal (NASCIMENTO E LIMA, 2008). Uma vez que, o objetivo da NF-e é o de estabelecer um modelo eletrônico que substitua o atual documento fiscal em papel, no qual simplificará as obrigações adicionais dos contribuintes.

No entanto, pelo lado do governo, esse tipo de escrituração permitiu um maior controle das atividades comerciais. E como consequência, gerou um impacto na contabilidade, principalmente relacionadas às questões tributárias. Diante do exposto, a presente pesquisa apresenta como problema: **Qual a percepção dos Contabilistas da cidade de Sousa-PB acerca dos principais impactos da implantação da NF-e nas empresas?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Identificar a percepção dos Contabilistas da cidade de Sousa-PB acerca dos principais impactos da implantação da NF-e nas empresas sousenses.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mostrar quais os impactos com a implantação do sistema nas empresas sousenses;
- Investigar as dificuldades na implantação da escrituração digital;
- Descrever os benefícios apontados com a Implantação da Nota Fiscal Eletrônica sob a ótica dos Contadores;
- Verificar quais dificuldades os prestadores de serviços contábeis vêm encontrando para colocar esse projeto em prática nas empresas.

1.3 Justificativa

O mundo, atualmente, é caracterizado pela presença da tecnologia de informação (SILVA, 2006). Neste contexto, a principal contribuição do estudo está na divulgação do conhecimento sobre a mais recente tecnologia que envolve os serviços profissionais de um contador, que a NF-e.

As empresas terão que se adaptar a esse novo fato, no qual as informações devem ser passadas ao fisco por meio de um sistema digital. Tornando-se necessário um levantamento dos impactos causados na implantação da NF-e nas empresas sousenses, para que sejam adotadas, pelos profissionais contábeis, algumas providências de acompanhamento e controle fiscal.

Dessa forma, a pesquisa é considerada relevante por estar ligada de alguma forma com um ponto importante para a sociedade ou algum assunto que mereça continuidade na literatura,

como também de grande utilidade para os profissionais da área contábil, conforme afirma o autor Do Carmo Filho (2009). Assim, este trabalho justifica-se pela importância do tema para o meio contábil e principalmente empresarial, por fazer parte da realidade que as empresas sousesenses estão enfrentando-a.

Justifica-se ainda pela importância do tema no setor contábil como também no contexto empresarial. Sendo de grande utilidade para os contadores, os quais já estão enfrentando a nova realidade, para que adicionem mais conhecimento sobre assunto e que possivelmente possam ter uma melhor visão sobre a NF-e, e não somente de exigências fiscais. Como também será de grande contribuição para os empresários, verificando o que esta nova informatização do fisco vem a impactar e contribuir para as empresas.

Portanto, essa pesquisa se faz necessária por obter informações sobre o que acontece na prática com a implantação desse novo sistema de escrituração fiscal, como também serve de base para futuras pesquisas sobre o tema. Tornando-se relevante ainda pela necessidade de acompanhamento e avaliação das constantes evoluções tecnológicas, como também pela necessidade da contribuição de pesquisas que possam cooperar para um maior entendimento no que se refere a conceitos e impactos exercidos junto aos contribuintes.

1.4 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos procedimentos adotados, caracteriza-se como bibliográfica que tem por base em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, sendo acessível ao público, assim, obtendo dados através de fontes secundárias (GONSALVES, 2007). E, posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo com os Contadores sousesenses, que ainda conforme Gonsalves (2007) esse tipo de exame ajuda na análise dos objetivos do trabalho.

Classifica-se quanto aos objetivos, como pesquisa descritiva porque busca descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como descobrir ou verificar a

existência de associações, relações entre variáveis (GIL, 2002). Que nesse estudo, pretende-se descrever os principais impactos da implantação da NF-e nas empresas sousenses na percepção dos Contadores.

Quanto à abordagem do problema, para esclarecer os pontos investigados, utilizou-se a pesquisa quantitativa que permite traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Gonsalves (2007) explica que, esse tipo de pesquisa caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto no processo de coleta de dados quanto na utilização de técnicas estatísticas, com o intuito de analisar os impactos sobre a implantação da NF-e nas empresas sousenses.

1.4.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados através de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, respondidas pelos Contadores (sujeitos da pesquisa) na cidade de Sousa-PB. De forma que, as perguntas foram baseadas na literatura e no trabalho que as empresas realizam com a nota fiscal eletrônica, com relação aos impactos causados na implantação desse sistema dentro das organizações.

A interpretação dos dados coletados foi feita com base em métodos estatísticos para comparar os resultados obtidos. Desse modo, a análise e tratamento dos dados abordaram sobre as principais características, idéias, percepções dos Contadores com relação aos impactos gerados na implantação da NF-e.

1.4.3 Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Sousa-PB, de forma que o universo considerado foi os 135 contabilistas cadastrados no Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba. Nos quais, a pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2011.2, considerando uma amostra de 20 contabilistas que possuem escritórios contábeis em plena atividade na cidade pesquisada.

De modo que, os contadores (sujeitos da pesquisa) desses estabelecimentos receberam pessoalmente um questionário acompanhado de um texto explicativo sobre os propósitos da pesquisa e a importância de sua participação voluntária.

Observando que os sujeitos da pesquisa estão aptos a lidar com o complexo do dia-a-dia de uma empresa, principalmente com o setor fiscal. Dessa forma, o questionário buscou informações sobre as dificuldades e os benefícios encontrados pelas empresas e até mesmo pelos contadores que fazem o uso desse sistema de NF-e.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Definições de Contabilidade

Para Franco (1996, p. 21), a contabilidade é:

A ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Segundo Sá (2007, p. 15) "A contabilidade surgiu em decorrência da civilização da humanidade, e, de acordo com as transformações existentes na sociedade, a mesma foi se adequando às demandas decorrentes da própria evolução do ser humano." Ludícibus e Marion (1999, p. 53), quando acrescentam que "a contabilidade fornece informações estruturadas de natureza econômica, física de produtividade e social aos usuários internos e externos à entidade".

De acordo com os autores citados, a contabilidade pode ser definida como a ciência que estuda o patrimônio das empresas, buscando evidenciar os fatos ocorridos com o intuito de transformá-los em informações contábeis e fiscais que auxiliem no processo decisório. Assim, à medida que a sociedade vai sofrendo mutações, conseqüentemente a contabilidade também passará por tais mutações, já que a contabilidade é uma ciência social e está relacionada a interesses de caráter econômico e financeiro.

A contabilidade, antigamente, objetivava informar sobre os lucros gerados das atividades comerciais. Já nos tempos atuais, esses interesses, além de serem dos gestores, são também, dos fornecedores, do governo, entre outros usuários, visto que desejam conhecer sobre os investimentos empresariais e desempenho dos negócios (SÁ, 2007).

No contexto, pode-se dizer que é do interesse das empresas obterem uma previsão do futuro relacionado aos negócios e, não só apenas o registro histórico dos fatos patrimoniais.

Com o intuito de estabelecer objetivos e planejamento, pois existe a necessidade de estabelecer formas de controle de gestão.

Assim, a contabilidade surge como uma importante ferramenta indispensável para a gestão empresarial, sendo regida por normas e princípios, que fornece informações da situação da empresa, possibilitando avaliar o comportamento financeiro e econômico e com isso, realizar metas futuras.

2.1.1 A Tecnologia da Informação e a Contabilidade

A Contabilidade tem evoluído nas últimas décadas com os avanços da tecnologia da informação (TI) e, as empresas têm investido cada vez mais neste setor. Já que a informática auxilia na geração de relatórios cada vez mais completos e úteis para que as decisões sejam tomadas com maior segurança.

Para Ilarino e Souza (2010, p. 6) a informática propicia à contabilidade várias vantagens, possibilitando ao profissional contábil assumir uma posição de maior destaque na gestão da empresa. Os autores ainda acrescentam que:

No atual cenário, a necessidade da utilização de informações com velocidade e segurança podem ser fatores decisivos para que as organizações ganhem um mercado tão concorrido. A Contabilidade e a Tecnologia de Informação, mais precisamente os sistemas integrados, estão interligadas, sendo um objeto facilitador dos trabalhos contábeis, atuando com rapidez e segurança nos processos, evitando os erros e contribuindo pela eficácia das informações geradas.

Nesse sentido, percebe-se que o mercado está estabelecendo cada vez mais o desenvolvimento de agilidades que vão muito além de gerar números que atenda o fisco. De forma que, através da TI, as empresas podem utilizar as informações para criar oportunidades e tomar decisões que garantam a sua continuidade e seu crescimento.

Na visão de Nascimento e Lima (2008), a TI junto com a Contabilidade permitiu novas características às análises econômicas e financeiras de uma empresa através de novos modelos gerenciais. Já que a informática proporciona à contabilidade muitas facilidades, que vão desde os lançamentos e processamento das informações até a criação dos relatórios que podem ser produzidos pelo sistema de informação.

As empresas que adotam a contabilidade informatizada obtêm bons resultados e procura cada vez mais melhorar esse processo, afirma Oliveira (2003). Para o autor existem alguns dos aspectos positivos que justificam o uso da informática pelas empresas, levando-se em consideração as necessidades operacionais e organizacionais, como está evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1 – Benefícios adquiridos no uso da Contabilidade Informatizada

BENEFÍCIOS	CARACTERÍSTICAS
Aumento da produtividade	A velocidade de processamento das informações para se produzir um balancete ou outro relatório da contabilidade nos sistemas convencionais é muito superior ao tempo gasto quando se utilizam sistemas informatizados.
Melhoria da qualidade dos serviços	A impressão eletrônica torna o trabalho mais apresentável.
Facilidade para a leitura prévia dos relatórios	Os relatórios gerados pelos sistemas podem ser lidos previamente, evitando possíveis erros, antes de serem impressos.
Atendimento às exigências dos órgãos quanto ao cumprimento de prazos	O não recolhimento nas datas indicadas para o vencimento da obrigação geralmente implica em pagamento de multa e juros para a empresa.
Facilidade de acesso às informações da empresa	O acesso às informações é feito de maneira rápida por meio de sistema, localizando um lançamento, informando o saldo ou ainda demonstrando a evolução da receita e das despesas por meio de relatórios.
Menos espaço físico nos ambientes de trabalho	Os equipamentos de informática ocupam pouco espaço físico cabendo em qualquer canto de uma sala. E são bem mais fáceis de ser organizados e guardados do que os arquivos de papéis.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2003)

Nesse contexto, pode-se observar que a contabilidade foi a ciência que mais recebeu o impacto dessas transformações tecnológicas. Com isso, é necessário que o profissional contábil acompanhe essas transformações através de uma gestão estratégica eficiente com o suporte que os sistemas de informação oferecem.

Percebe-se que as empresas devem ter um sistema de gestão integrado com todas as áreas da empresa, que forneça informações em tempo real. De modo que, no setor contábil deve ser utilizado desde programas criados especificamente para as operações de registro até programas contábeis nos quais são gerados todos os relatórios legais e gerenciais que as empresas necessitam (FERREIRA, 2011).

Assim, a contabilidade digital permitirá uma grande interação não só entre o Fisco e as empresas, como também no setor gerencial, compartilhando toda a escrituração contábil e fiscal produzida por elas, contribuindo com o sistema tributário nacional mais eficaz, eliminando antigas fraudes além de, diminuir incertezas no processo decisório.

Existem alguns fatores que demonstram a relevância da TI dentro das organizações, que na visão de Moraes (2005) são: o auxílio prestado na tomada de decisão e o seu desempenho em relação às tarefas da comunicação; sua capacidade de alterar muitas atividades gerenciais, tipos de mão de obra, profissões e ramos de negócios; sua contribuição para que as organizações sejam ágeis e flexíveis; seu poder em alterar as operações da empresa, produtos, serviços e relacionamentos com os clientes, fornecedores e concorrentes.

Entre outros fatores, Morais (2005) ainda cita a influência da TI no planejamento das empresas, podendo colaborar com a estratégia competitiva com o uso de sua própria tecnologia, diferenciando seus produtos e serviços. Além de poder melhorar o relacionamento com clientes, facilitar a entrada em alguns mercados e, auxiliar a introdução de produtos substitutos.

Com isso, observa-se a necessidade das empresas em obter informações relevantes que auxiliem os gestores a reduzir as incertezas no processo decisório. Já que a TI pode ser definida como um conjunto de todas as atividades e soluções fornecidas por recursos de computação. Já que a informação agrega valor e busca de bons resultados com um menor custo para a organização.

Diante do exposto, percebe-se que é cada vez mais comum nas empresas o uso da TI. Pois, tudo gira em torno da informação e, certamente a organização terá vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes. Uma vez que, não há como não utilizar a informática, mesmo naqueles casos em que a Contabilidade é realizada somente para fins fiscais, nos quais a maioria das exigências do governo é transmitida mediante a internet.

A modernização completa do sistema contábil, no entanto, era impedida pela falta de padronização das informações solicitadas pelo Governo, uma vez que as várias declarações eram solicitadas em diversas formas pelas esferas Federal, Estadual e Municipal (AZEVEDO e MARIANO, 2009).

No entanto, percebe-se que a TI juntamente com o esforço conjunto de diversas esferas públicas, tornou-se possível uma maior interatividade e agilidade no processo de transmissão das informações à Receita Federal, com a criação do SPED e a implantação da NF-e. Com isso, os profissionais precisam estar sempre se modernizando, para trazer resultados melhores e demonstrando assim um diferencial, bem remunerado e reconhecido na empresa em que presta serviços.

De acordo com Maciel (2009, p. 10), existem algumas vantagens diferenciais no mercado para o profissional contábil que utiliza a informática:

- ✓ Conseguir compreender os problemas complexos das entidades, de maneira que tenha um enfoque ordenado;
- ✓ Conseguir gerenciar os sistemas de informações em geral e os sistemas de informações contábeis das empresas, desta forma auxiliando no desenvolvimento das atividades empresarias;
- ✓ Operar aplicativos que atendam às suas necessidades de cálculos, de textos, de banco de dados e necessidades gráficas (aplicativos gráficos);
- ✓ Ter mais produção nas etapas de desenho, geração e criação de sistemas de informações estratégicas e operacionais;
- ✓ Usufruir da informática como meio eficiente para ajudar obter soluções contábeis e gerenciais num ambiente competitivo em que as organizações estão inseridas;
- ✓ Proporcionar informações de forma integrada aos usuários, que evidenciam valores corretos e a realidade de diversas áreas da empresa.

Nesse contexto, percebe-se que a informática é uma ferramenta indispensável nas empresas, principalmente no setor contábil, pois auxilia tanto ao fisco como nas informações úteis fornecidas aos gestores. No qual, as exigências devem ser atendidas de forma mais rápida, com maior agilidade, bem como, as informações devem ser comunicadas em tempo real, assim acarretando um grande avanço tecnológico e crescimento empresarial.

O gestor também deve se preocupar que com as novas exigências do fisco, os dados, operações da organização, estão sendo expostas de forma mais clara e detalhada para as administrações tributárias (DUARTE, 2009). Assim, acredita-se que é necessário que muitas empresas revejam seus conceitos e costumes referentes à sonegação, controle e a gestão das informações.

2.2 Contabilidade Tributária

A Contabilidade permite o controle das atividades do Patrimônio das empresas, que por sua vez, é movimentado em função dos acontecimentos diários, tais como compras, vendas, pagamentos, recebimentos, entre outros (MARION, 2005). Assim, segundo Oliveira *et al* (2005), a contabilidade tributária é o ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, evitando possíveis sanções fiscais.

Sabendo que, a Contabilidade possui várias ramificações, e dentre elas a Contabilidade Tributária, observa-se que esta se ocupa da escrituração por meio de lançamentos adequados das operações das empresas que produzam o fato gerador dos tributos incidentes sobre lucros ou resultados superavitários que geram as obrigações tributárias principais (PERUZZI, GOMES e RIBAS, 2009).

De acordo com Fabretti (2001, p.27) a Contabilidade Tributária pode ser conceituada como: "o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada."

Nesse contexto, a Contabilidade Tributária tem como função a de controlar as informações sobre os tributos empresariais conforme a legislação tributária nacional, buscando evitar possíveis sanções fiscais, ou seja, é um conjunto de ações e métodos necessários para apurar a geração de tributos de uma organização. Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), art. 3º, o tributo torna-se toda prestação pecuniária obrigatória estabelecida por lei e arrecadada através de atividades administrativas.

De modo que, a expressão legislação tributária envolve as leis, os tratados e convenções internacionais, além de decretos e normas complementares que tratem sobre tributos e relações jurídicas a eles relacionados, conforme o CTN, em seu art. 96.

As principais funções e atividades da Contabilidade Tributária estão relacionadas ao registro contábil dos tributos a recolher; escrituração dos documentos fiscais; preenchimento das guias de recolhimento; orientação e treinamentos dos funcionários do setor fiscal (OLIVEIRA *et al*, 2005). Com isso, essa ramificação da contabilidade torna-se essencial dentro de uma

organização, aumentando cada vez mais a responsabilidade do contador no gerenciamento das atividades empresariais.

Observa-se que a Contabilidade na área de tributos é muito ampla e leva reflexões para o profissional contabilista, que deve como uma ferramenta eficiente para a continuidade da entidade através da economia de recursos financeiros principalmente na tomada de decisão (PERUZZI, GOMES e RIBAS, 2009).

Esses tributos refletem na administração das organizações e pode até limitar no seu desenvolvimento, como a obtenção de novos investimentos, tornando necessário compreender como funciona a carga tributária brasileira.

2.2.1 Sistema Tributário Brasileiro

Segundo Oliveira *et al* (2005), o Sistema Tributário brasileiro possui diversas Leis, Regulamentos e Normas que são alterados constantemente, com aproximadamente 60 tributos, entre impostos, taxas e contribuições de melhorias. Sendo regulado pelo CTN, o qual, estabelece as normas gerais de direito tributário fundamentado pelo art. 146 da Constituição Federal/88 aplicável à União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Dessa forma, segundo Oliveira *et al* (2005, p.21):

No exercício de suas funções, claro está que o contador deve obedecer, além das normas e dos princípios fundamentais de contabilidade, também à legislação tributária concernente à correta apuração, registro, divulgação e arrecadação dos diversos tributos que incidem nas diversas fases de atividade das empresas e, principalmente, sobre a obtenção de renda e lucro em determinado período.

Nesse sentido, torna-se essencial que o contador conheça a legislação tributária vigente, devido a sua responsabilidade no gerenciamento e procedimentos a serem adotados pela equipe de contabilidade para atingir os objetivos e as metas desejadas pelas empresas. Já que uma nova visão da profissão contábil é necessária e solicitada pela sociedade, pois a complexidade das relações sociais e econômicas torna o mundo dos negócios mais competitivo e exige dos profissionais contábeis a mesma evolução.

2.3 Escrituração Digital e os Impactos nas Empresas

Nas últimas décadas, o ambiente empresarial vem passando por várias mudanças tecnológicas, fiscais e também na busca de novas informações que facilite o trabalho de gestores e profissionais contábeis. Assim, o país vive um momento relevante para o profissional da contabilidade, como também para as empresas com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e da NF-e.

De acordo com Silva, Pereira Neto e Costa (2010), as empresas e o setor contábil sofreram muito com as cobranças fiscais, já que o sistema eletrônico fiscal criado pelo Governo extingue uma série de procedimentos, como: guias, formulários, carimbos, assinaturas, arquivos em papéis, solicitar e entregar documentos em órgãos públicos.

Para Carvalho (2008) o SPED representa uma nova fase na escrituração contábil nacional, impactando as formas de relacionamento entre o Governo e o contribuinte. Sendo composto pelos subprojetos da Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), que substituirão a atual forma de emissão e escrituração de livros e documentos contábeis e fiscais.

Segundo Duarte (2009, p. 02), o SPED é:

A inserção das autoridades fiscais na Era do Conhecimento; e esse movimento conduz toda a sociedade no mesmo caminho. A nova Era é marcada pela enorme influência das habilidades humanas no que diz respeito ao uso da tecnologia para se obter informações, analisá-las, sintetizá-las, interpretá-las e comunicá-las, tanto no processo de geração de riqueza quanto de sua mensuração.

Assim, para as autoridades fiscais o SPED irá gerar expressiva melhoria no processo de controle e auditoria fiscal eletrônica das empresas, diminuindo a informalidade e a adoção de procedimentos em desacordo com a legislação fiscal, o que certamente resultará em aumento na arrecadação de tributos (CARVALHO, 2008). No entanto, com o uso do SPED, as instituições podem se tornar alvos mais frágeis diante da fiscalização governamental, haja vista que um dos motivos da desorganização gerencial nas empresas é a sonegação (FRANSCICO, RONCHI e MECHELN, 2008).

É através desse sistema que o fisco tem acesso a dados contábeis das organizações no momento de sua ocorrência, colaborando com a diminuição da sonegação fiscal. Uma vez que, as informações fiscais geradas pelas empresas devem ser emitidas para o Governo através do sistema digital *on-line*, proporcionado com isso uma maior agilidade no acesso das informações, além de facilitar o cruzamento de dados eletronicamente.

Percebe-se que essas mudanças afetam diretamente o profissional contábil, pois as informações prestadas ao fisco deverão estar dentro das leis vigentes para evitar as sonegações e multas. Devendo aperfeiçoar seus procedimentos contábeis e fiscais, pois elas ficam expostas a maiores questionamentos pela eventual adoção de métodos fiscais em desacordo com a legislação.

Segundo Santos (2010), os principais impactos para as empresas são: maior exposição das informações empresariais perante o fisco; a padronização do sistema contábil; a simplificação no arquivamento os documentos; além da redução burocrática relacionada à autenticação dos documentos que passa a ser eletrônica.

Diante do exposto, observa-se que a Receita Federal buscou padronizar os métodos em que as organizações apresentam seus relatórios contábeis, no intuito de acompanhar as transações das empresas. Com isso, elimina a necessidade de imprimir e guardar os livros fiscais, uma vez que, esses documentos passam a ser digitalizados e armazenados em bancos de dados tanto nas empresas como no sistema do Governo.

Nesse sentido, percebe-se que o gestor deve estar sempre atualizado e efetuar um planejamento adequado, pois a utilização de um sistema como esse requer um conhecimento amplo no assunto. Assim, os impactos podem ocorrer nas mais diversas áreas, desde a infra-estrutura tecnológica até a cultura das pessoas, de forma que a melhor maneira de se resolver qualquer tipo de problema é manter-se informado e buscar treinamento adequado no mercado.

2.3.1 Obrigatoriedade

O uso da Escrituração Fiscal Digital será obrigatório para todo contribuinte de ICMS e de IPI que, por sua vez, ficará dispensado a critério de seu Estado das obrigações acessórias

instituídas pelo Convênio ICMS nº 57/95, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais por contribuinte usuário do sistema eletrônico de processamentos de dados (BRITTO, 2009).

O autor acrescenta que ficará facultado aos estados e ao Distrito Federal, recepcionar os arquivos enviados e retransmiti-los ao SPED. Neste sentido, o arquivo deverá conter a assinatura digital do contribuinte ou de seu representante legal. No qual, os contribuintes devem manter uma Escrituração Fiscal Digital distinta para cada um de seus estabelecimentos e o arquivo digital conterá as informações dos períodos de apuração do imposto, tendo um maior volume de informações a serem disponibilizadas ao fisco.

Pinto (2008) comenta que de acordo com o Protocolo ICMS nº 77/08, emitido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), são obrigadas a enviar a Escrituração Digital as pessoas jurídicas obrigadas à entrega da EFD são as inscritas na Secretaria da Fazenda dos seus respectivos Estados e que estão na lista das pessoas jurídicas obrigadas. Esta relação encontra-se no site da fazenda, e essa lista é atualizada conforme o cronograma, portanto recomenda que os contribuintes e contabilistas devem ficar atentos.

Cabe observar que as pessoas jurídicas sujeitas ao regime diferenciado são aquelas reguladas na Portaria nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, da SRFB, uma vez que, verifica os níveis de arrecadação de tributos. Porém, o Protocolo ICMS 42/09 objetiva a obrigatoriedade de uso da NF-e de forma que, até o final de 2010, os contribuintes do ICMS se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações, conforme Pinto (2008): desenvolvam atividade industrial; Desenvolvam atividade de comércio atacadista ou de distribuição; Pratiquem saídas de mercadorias com destino a outra unidade da Federação; Forneçam mercadorias para a Administração Pública.

Branco (2008, p. 32) comenta a Portaria da SRFB, de nº 11.213/2007, que discriminam quais serão as empresas submetidas ao acompanhamento e que, portanto, estarão obrigadas, a partir de 01/01/2008, a entregar a ECD. Do ato normativo, o autor destaca o art. 1º dessa portaria:

Portaria nº 11.213/2007 da SRFB "Art. 1º Para fins do disposto no art. 4º da Portaria RFB nº 11.211, de 2007, deverão ser indicadas, para o acompanhamento diferenciado a ser realizado no ano de 2008, as pessoas jurídicas:

I - sujeitas à apuração do lucro real, presumido ou arbitrado, cuja receita bruta anual declarada na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) do exercício de 2007, ano-calendário de 2006, seja superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

II - cujo montante anual de receita bruta informada nos Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais (DACON), relativos ao ano-calendário de 2006, seja superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);
III - cujo montante anual de débitos declarados nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), relativas ao ano-calendário de 2006, seja superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais);
IV - cujo montante anual de Massa Salarial informada nas Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), relativas ao ano-calendário de 2006, seja superior a R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais); ou
V - cujo total anual de débitos declarados nas Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), relativas ao ano-calendário de 2006, seja superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Devem ser observados os critérios para se considerar uma empresa sujeita ao tipo previsto na disposição normativa, cabendo ao contribuinte, questionar a sua condição. Uma vez que as provas que proponham os limites de uma fiscalização devem ser tomadas por ilegítimas enquanto persistir a dúvida, quando julgado a decisão da materialidade do fato ao acompanhamento especial.

2.4 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

A NF-e é dos um dos subprojetos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que por sua vez, veio facilitar a escrituração dos fatos contábeis, controlando eletronicamente o gerenciamento de entradas e saídas de mercadorias nos postos fiscais, ajudando na localização dessas notas para fins de pagamento de imposto (SILVA, PEREIRA NETO E COSTA, 2010). Observa-se que a NF-e já é uma realidade para as empresas brasileiras, estando atuante na legislação do país desde outubro de 2005, com a aprovação do Ajuste Sistema Nacional Integrado de Informações Econômica e Fiscal - SINIEF (DUARTE, 2009).

Nesse sentido, a NF-e promove dentro das organizações a utilização racional dos dados sendo possível importar suas informações com intuito de serem úteis a outros setores da empresa, como o setor de compras e estoque, na busca de um maior controle de mercadorias. No qual, esse projeto foi o que mais evoluiu no SPED, por ser um modelo nacional de nota fiscal eletrônica que serve para transporte de mercadorias, por meio de um sistema integrado entre as empresas e os fiscos estaduais e federais (YOUNG, 2009).

A NF-e é obrigatória desde 2008 para as empresas fabricantes de cigarros e distribuidoras de combustíveis, sendo estendidas no decorrer dos anos a diversas outras atividades, tais como: montadoras de veículos, produtoras de cimento, distribuidores e atacadistas de medicamentos, frigoríficos e atacadistas de carnes, bebidas alcoólicas e refrigerantes (SANTOS, 2010).

A Receita Federal com o intuito de integrar as informações, evitar a evasão fiscal e aumentar a arrecadação de impostos criou através do decreto nº 6022/07, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com o objetivo de padronizar o armazenamento e demonstrar as informações das áreas contábil e fiscal das empresas (FERREIRA, 2011).

Dessa forma, com as notas fiscais eletrônicas juntos com a escrituração contábil e fiscal digital a Receita Federal terá um eficiente mecanismo de cruzamento de dados e atuação fiscal em tempo real, uma vez que, a nota fiscal é um documento que comprova uma transação feita pela empresa, seja a compra de um produto ou prestação de serviço.

Young (2009, p.196) conceitua NF-e como:

Um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e integridade) e pela recepção, pelo Fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador.

Segundo Nascimento e Lima (2008), o projeto da NF-e foi inspirado num modelo chileno e teve início em abril de 2005, sendo um documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar transações comerciais cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso concedida pela SEFAZ.

Com validade em todos os estados brasileiros e substituindo as Notas Fiscais Modelos 1 e 1-A na legislação em que esses documentos possam ser utilizados, a NF-e terá as mesmas funções da nota fiscal comum, diferenciando-se pelo registro e arquivo do documento que serão feitos de modo eletrônico, exigindo a assinatura digital do contribuinte. Sendo o primeiro dos projetos do SPED a ser implantando pelo Sistema Tributário nas empresas, podendo ser conceituada ainda, de acordo com Azevedo e Mariano (2009, p. 25), como:

Documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

Castro (2008, p.12) acrescenta que a NF-e:

Trata-se de um documento exclusivamente eletrônico que contém dados do contribuinte emitente, do destinatário e da operação a ser realizada, assinado com certificado digital, garantindo assim a validade jurídica do documento. Que veio substituir a sistemática de emissão de nota fiscal em papel, modelo 1 ou 1A, pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ou do ICMS, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e acompanhamento em tempo real das operações comerciais.

Observa-se que a NF-e consiste na substituição nota fiscal tradicional pela digital, com validade jurídica garantida através da assinatura digital da empresa que emite o documento, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco (LOPES, 2008).

Nesse sentido, esse sistema consiste na modernização da antiga nota fiscal de talão em cumprimento das obrigações acessórias dos contribuintes, utilizando-se da certificação digital dos documentos. Ou seja, o atual modelo busca substituir o papel por um documento eletrônico e, envolve os modelos tradicionais 1 e 1^a, no qual serviam para documentar transações comerciais com mercadorias entre pessoas jurídicas, mas não substitui o cupom fiscal.

Para emitir esse tipo de nota fiscal, a instituição deve cadastra-se na Secretaria de Fazenda e requerer uma licença pra sua emissão, no qual, será permitido nota a nota e que deve ser arquivada por cinco anos. Dessa forma, segundo Duarte (2008), para circular a mercadoria, o emitente deve imprimir uma via da NF-e em papel A4, ou seja, o Documento Auxiliar da Nota fiscal Eletrônica (Danfe), devendo conter um código de barras com o número identificador da NF-e.

Foi necessária a padronização da NF-e com características do documento no formato XML (Extended Markup Language), buscando atender aos padrões definidos na Medida Provisória 2.200/01. Yong (2009) comenta outras características como: garantia de autoria e integridade certificadas através de assinatura digital do emitente, definido pela Infraestrutura

de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil); compõe a chave de acesso de identificação juntamente com o CNPJ do emitente e número da NF-e.

A transmissão da NF-e será efetivada via internet transmitida para a Sefaz, sendo emitidas em ordem consecutiva crescente e sem intervalos a partir do 1º número seqüencial e, vedada a duplicidade ou reaproveitamento dos números inutilizados ou cancelados (YONG, 2009). Esse envio eletrônico é autorizado pelo fisco, da descrição do contribuinte emissor, antes de seu envio ao destinatário e antes da saída da mercadoria do estabelecimento.

Conforme Duarte (2009), para a implantação da NF-e, há alguns processos empresariais que necessitam serem analisados, como: irregularidade fiscal do emitente ou destinatário; a exigência de dados e campos na NF-e é muito maior do que a nota fiscal modelo 1 ou 1A, sendo assim, os sistemas de faturamento deverão ser adaptados; os cadastros, como Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição Estadual, endereços, deverão estar completos para evitar problemas na validação da NF-e ou no cruzamento de dados; realizar treinamento de faturistas/vendedores, já que as responsabilidades aumentam, pois um campo digitado erroneamente pode gerar sérias consequências; entre outros.

As empresas terão acesso aos portais das autoridades tributárias municipais, estaduais e federais, e suas operações comerciais serão homologadas em tempo real. Como o projeto ainda não é obrigatório em todos os segmentos, estão previstos benefícios a princípio para o Fisco e a longo prazo para as empresas.

2.4.1 Objetivos e Benefícios

A NF-e tem como objetivo implantar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, o que faz substituir o modelo tradicional que é feito com a emissão de papel. Young (2009, p. 153) acrescenta que esse documento tem “validade jurídica para todos os fins, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, ao mesmo tempo em que permite um controle em tempo real das operações comerciais pelo fisco”.

Nasajon e Santos (2010, p.25) mencionam que:

Com o objetivo de implantar um modelo nacional de nota fiscal que substituísse aquelas emitidas em papel, foi criada a NF-e, que nada mais é do que a substituição do documento em papel por um arquivo digital que contém o registro das operações de compra e venda de mercadorias, além da prestação de serviços.

Esteves (2009, p.2) corrobora quando diz que:

A Nota Fiscal Eletrônica foi definida como o documento emitido e armazenado eletronicamente com o objetivo de registrar operações de circulação de mercadorias ou de prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emissor e pela recepção do documento eletrônico através da Fazenda antes da circulação ou saída da mercadoria.

Nesse contexto, a NF-e veio com o objetivo de substituir o modelo nacional emitidas em papel. Que nada mais é do um arquivo digital que contém o registro das operações de compra e venda de mercadorias, além da prestação de serviços.

Observa-se que, torna-se necessária a impressão de apenas uma via do documento, o que faz reduzir os custos com impressão, papel e arquivamento. Pois, não é necessário imprimir blocos de notas, nem imprimir várias vias, com isso, há uma economia de espaço. Também se busca gerar rapidez tanto para o fisco como para a instituição, que por sua vez, não necessitará repetir informações para cada uma das esferas administrativas.

As empresas que utilizam esse sistema obtêm rapidez no acesso às informações e maior confiabilidade da nota fiscal, auxiliando o Governo na queda da sonegação e aumento da arrecadação. (BRASIL, 2010).

Segundo Pereira *et al.* (2008) os benefícios podem ser gerados tanto para a sociedade como para o Governo. O primeiro pode ser beneficiado com impactos em termos ecológicos, quando se reduz o uso de papel. Além do incentivo ao comércio eletrônico com o uso de novas tecnologias e, surgimento de oportunidades de empregos na prestação de serviços ligados à NF-e.

Já para o Governo, os benefícios ficam ligados a melhoria no processo de controle fiscal, por compartilhar informações ente os fiscos, como também na redução de custos pela fiscalização de mercadorias em trânsito, como também, na diminuição da sonegação e aumento da arrecadação (PEREIRA *et al.*, 2008).

Como as informações das mercadorias em trânsito podem ser acessadas *on-line* e com o ganho de tempo é possível aumentar a abrangência da fiscalização das mercadorias. Assim, o fisco terá maior interação e melhor controle com o compartilhamento de informações com o seu contribuinte, permitindo com isso um aumento nas suas arrecadações e a inibição da sonegação fiscal.

Outro benefício está relacionado à digitação, já que esse sistema ajuda a reduzir os erros de escrituração, sendo necessária sua digitação uma única vez, pois poderá importar as informações de os outros setores da empresa através do sistema contábil e, com isso, economizando tempo da mão-de-obra utilizada, por agilizar trocas de informações e aumentar a confiabilidade dos dados.

Quadro 2 - Os Benefícios e as Desvantagens do uso da NF-e

USO DA NF-e	BENEFÍCIOS	DESVANTAGENS
EMPRESAS	<p>Redução de custos de impressão e armazenagem de documentos fiscais;</p> <p>Eliminação de digitação de notas fiscais;</p> <p>Redução de erros de escrituração e a Simplificação de obrigações acessórias dispensam de AIDF.</p>	<p>Gastos com impressão do DANFE e com Investimentos em equipamentos de informática para adaptação do sistema;</p> <p>O tempo de emissão da NF-e não é menor do que o tempo gasto com a nota em papel.</p>
GOVERNO	<p>Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal e melhoria no processo de controle fiscal;</p> <p>Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização;</p> <p>Inibição de atos ilícitos fiscais.</p>	<p>Falta de estrutura de <i>hardware</i>, comunicação e <i>software</i> por parte do Fisco.</p>

Fonte: Adaptado de Nascimento e Lima (2008).

O Quadro 2 resume os benefícios e as desvantagens do uso da NF-e, tanto para as empresas como para o Governo, na visão de Nascimento e Lima (2008). Pode-se observar

que esse sistema gera mais benefícios do que desvantagens, tanto para o governo que é beneficiado com a confiabilidade das informações adquiridas dos contribuintes, como para as empresas que reduz os custos e simplifica a maneira enviar seus dados tributários ao fisco.

Young (2009, p. 153) acrescenta outros benefícios que podem ser gerados para o contribuinte vendedor (que emite a nota) e o comprador (que é o receptor da nota). No caso do primeiro beneficiado, além da redução de custos de aquisição de papel, envio e armazenagem de documentação fiscal, tem a redução do tempo de parada em postos fiscais e o incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com os clientes. No caso do comprador, os benefícios vão da eliminação de digitação de notas ao planejamento logísticas, já que a recepção da NF-e pode ser antecipado, como também o uso da internet para se comunicar com seus fornecedores.

2.4.2 Funcionamento

Para emitir a NF-e, o estabelecimento usa um programa de computador e gera o arquivo digital, que é enviado ao Fisco através da Internet. Da mesma forma, os estabelecimentos receptores, ao receber o arquivo (como anexo a um e-mail), não precisam imprimir o documento em papel, apenas armazená-lo, também eletronicamente, durante o período exigido por lei (NASAJON e SANTOS, 2010).

Pode-se observar no portal da Receita Federal um documento que define o procedimento dos sistemas de informação para o processamento de notas eletrônicas nas secretarias de fazenda estaduais. No entanto, toda NF-e deverá passar pelo posto fiscal em duas circunstâncias, a de envio ao destinatário e da saída da mercadoria, através de criptografia ou algum protocolo de segurança.

Para se ter uma visão mais ampla acerca da NF-e é necessário observar seu funcionamento mais detalhado, pois assim pode ser detectado os processos corretos e os que possam vir a ocasionar alguma falha de segurança. Com isso, a emissão da NF-e, segundo Nascimento e Lima (2008), pode funcionar da seguinte forma:

- A empresa emissora gera um arquivo eletrônico, assinado digitalmente, contendo as informações fiscais da operação comercial;
- O arquivo é transmitido via Internet ao Fisco Estadual que fará uma pré-validação, devolvendo um protocolo de recebimento;
- Após receber o protocolo a empresa deverá imprimir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), uma representação gráfica da NF-e que serve apenas para acompanhar a mercadoria, e que contém um código de barras bi-dimensional que facilita a captura de informações pelos postos fiscais;
- A NF-e é transmitida à Receita Federal, que é o repositório nacional de todas as NF-e emitidas;
- A empresa compradora pode verificar a autenticidade da NF-e consultando pelo *site* da SEFAZ;
- Após o registro da NF-e o contribuinte e os órgãos de fiscalização poderão sempre consultar o documento eletrônico pela Internet.

Assim, a NF-e será considerada válida após a confirmação do recebimento do arquivo digital, após a autenticação pelos órgãos de registro. Para o fisco existe a possibilidade de coerência nas informações além da facilidade no cruzamento dos dados. A Figura 1 evidencia esse funcionamento de forma ilustrativa, conforme Cardoso (2010):

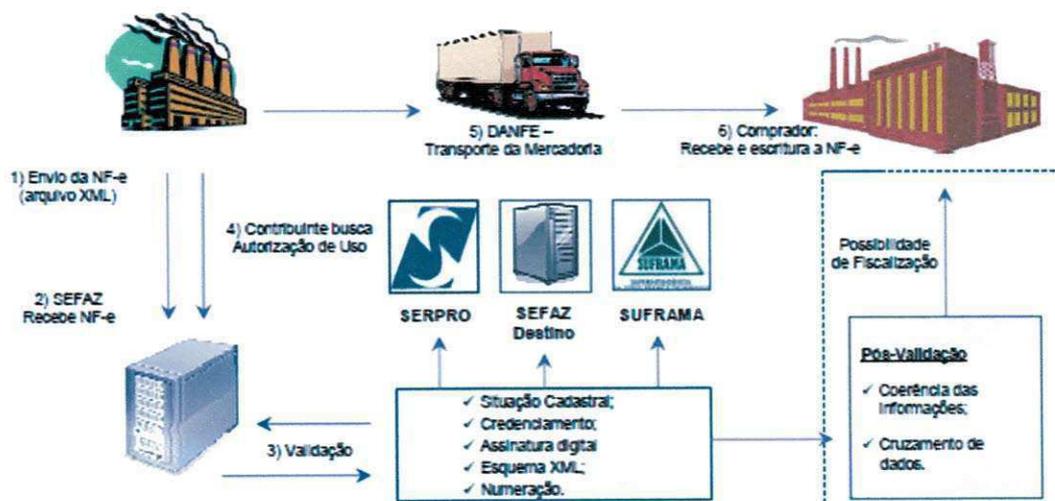


Figura 1 – Projeto de funcionamento da NF-e

Fonte: http://www.iobsolucoes.com.br/pdf/Consulcamp_CIESP.pdf

Observa-se que o processo se inicia quando a empresa a que está comercializando mercadorias ou serviços, gera um arquivo com todas as informações fiscais que passa por uma autenticação através de um certificado digital, que segundo Young (2009) garante a integridade dos dados e a autoria do emissor.

Em seguida, este arquivo eletrônico, que corresponderá a NF-e, é transmitido através da internet para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte, em que é feita uma pré-avaliação do arquivo e é gerado um protocolo de recebimento, que servirá de autorização de uso para que a mercadoria possa estar em trânsito.

Assim, quando a NF-e está sendo transmitida para a Secretaria da Fazenda, também é enviada para a Receita Federal, que, por sua vez agirá como repositório nacional de todas as NF-e emitidas. Dessa forma, pode ser realizada consulta pelos sites da Secretaria da Fazenda e da Receita para os interessados na transação comercial (YOUNG, 2009).

O Danfe serve de um documento auxiliar que permite confirmar a existência da nota fiscal e, deve ser impresso em uma única via. Contendo uma chave de acesso e um código de barras que através de consulta pela internet podem ser verificadas todas as informações acerca de uma determinada NF-e, com o objetivo de facilitar a consulta das mercadorias que estão em trânsito.

A NF-e não poderá ser alterada após a concessão da Autorização, mas pode ter as seguintes situações: autorizada, rejeitada ou denegada. No caso da Rejeição o emitente deverá corrigir o erro e retransmitir a NF-e. Já na situação Denegação o arquivo digital ficará arquivado na administração tributária para consulta, porém com valores nulos e seu número impossibilitado de ser utilizado novamente. Assim, a nota só será Autorizada após o recebimento da Secretaria de Origem ou da Receita Federal (DUARTE, 2009).

Tanto o emitente quanto o destinatário deverão armazenar a nota fiscal pelo prazo legal. Sendo obrigatório que o remetente forneça o arquivo da NF-e para o destinatário, após o recebimento de autorizada da SEFAZ. O destinatário, ao receber a NF-e ou a DANFE, deve verificar a validade e autenticidade do documento fiscal, mediante serviços disponíveis pelo Sefaz ou Receita Federal. Conforme Duarte (2009 p. 76), "quando o destinatário utiliza um sistema de informações preparado para receber a NF-e, este sistema pode realizar a verificação junto à SEFAZ, através de Web Services".

Caso o destinatário não possua um sistema de informações, ele poderá fazer a conferência manualmente através da chave de acesso no Portal Nacional da NF-e. Ocorrendo

problemas técnicos como ausência da Internet, a emissão da NF-e poderá ser feita em contingência. O contribuinte deverá gerar um arquivo informando que a respectiva NF-e foi emitida em reserva. A NF-e também pode ser cancelada, desde que a mercadoria ainda não circulou, o remetente poderá cancelar a NF-e através de pedido de cancelamento eletrônico (DUARTE, 2009).

2.4.3 Etapas da Operação

Segundo Young (2009, p.182), a primeira etapa de operação do SPED:

É feita a habilitação do contribuinte como emissor de NF-e, e o contribuinte solicita seu cadastramento como emissor de NF-e junto a Secretaria da Fazenda. Em seguida é feita uma análise eletrônica do pedido, neste momento podem surgir críticas em relação a situação cadastral/econômico-fiscal do contribuinte. De acordo com a UF do contribuinte os critérios poderão variar.

Desse modo, o ambiente de testes serve para habituação do usuário com o sistema, e essa fase é obrigatória para todos os cadastros novos. Sendo preciso para a homologação, que o sistema do contribuinte passe por testes antes de enviar as NF-e, só então o contribuinte receberá seu código de habilitação para poder enviar seus dados para SEFAZ.

Para o cadastramento do usuário há um importante sistema de segurança, que busca o histórico do contribuinte em busca de pendências ou débitos que o mesmo possua e, somente após o tratamento das críticas é liberado o cadastro.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta uma visão da atual percepção dos Contadores, da cidade de Sousa-PB, acerca dos principais impactos da implantação da NF-e nas empresas. De forma que, os Contadores foram os sujeitos da pesquisa, uma vez que estes participam das tomadas de decisões dentro das organizações. Foi aplicado um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas no segundo semestre de 2011, de modo que a amostra da pesquisa totalizou em 20 escritórios de contabilidade.

Quanto ao perfil dos entrevistados, inicialmente foi investigada a faixa etária dos respondentes e logo em seguida seu Gênero. Percebendo que 65% possuem idade acima de 41 anos, 20% estão entre 31 a 35 anos, 10% entre 36 a 40 anos e, 5% entre 26 a 30 anos (Gráfico 1). No qual, 55% são do sexo masculino e 45% feminino, como poder ser evidenciado no Gráfico 2.

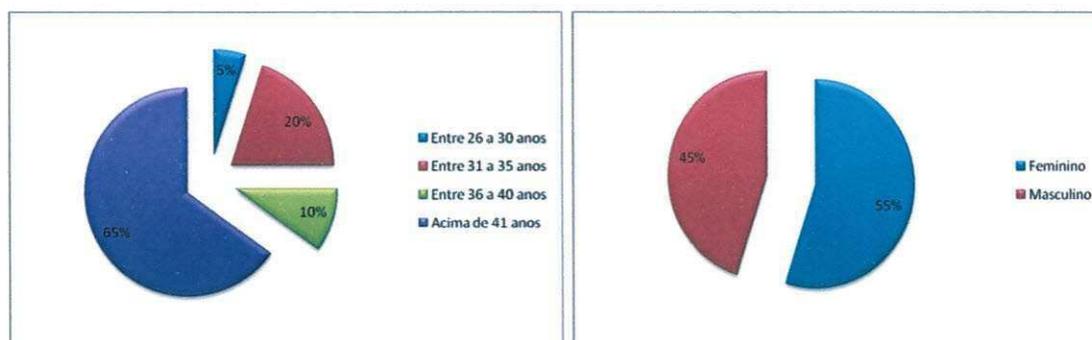


Gráfico 1 – Faixa Etária
Fonte: dados da pesquisa 2011

Gráfico 2 – Gênero Respondentes
Fonte: dados da pesquisa 2011

Maciel (2009) comenta que, diante de mudanças tecnológicas e da geração de novas oportunidades no mercado de trabalho, o crescimento da participação feminina se destaca cada vez mais em meio a todas essas mudanças e inovações. Em sua pesquisa, realizada em Juazeiro na Bahia, também ficou demonstrado que a participação feminina é bastante representativa na área Contábil.

Com relação à formação dos contabilistas, observa-se no Gráfico 3, que 50% dos respondentes possuem nível superior no curso de Ciências Contábeis, destes 20% possuem ainda o técnico em contabilidade. 35% só têm formação técnica na área contábil, destes, 15% são formados em outros cursos como Geografia, Literatura e Direito.

De acordo com a Lei nº 12.249/2010, os técnicos em Contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade estão certificados para exercerem sua profissão até junho de 2015. Diante disso, os profissionais que não possuem graduação em Contabilidade deverão obter um nível superior, caso queiram continuar nesta área.

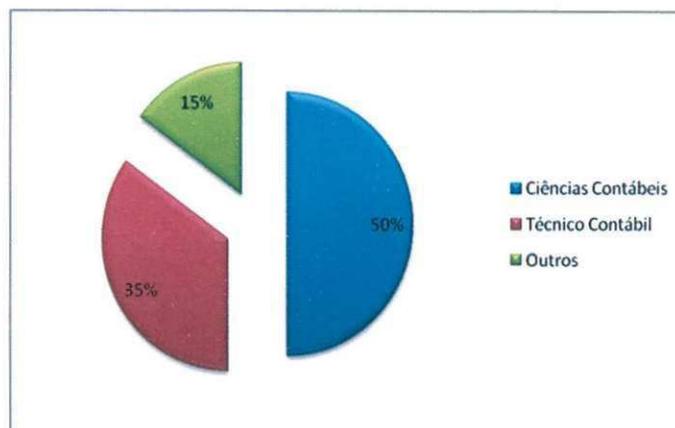


Gráfico 3 – Formação Escolar
Fonte: dados da pesquisa 2011

Conforme Maciel (2009) deve levar em consideração que a formação técnica do profissional contábil não atende a todos os requisitos exigidos para a formação Contabilista, impedindo-o de exercer adequadamente as suas atividades e usufruir de todas as prerrogativas previstas na legislação profissional. Uma vez que, o conhecimento que o Contabilista possui se torna indispensável para o seu crescimento e sucesso profissional além do desenvolvimento da empresa.

Para ficarem atentos as novas mudanças do SPED, 80% dos contabilistas participaram de cursos, palestras e possuem até mesmo informativos que os ajudem a se adequar a NF-e (Tabela 1). Diante desse resultado, observa-se que a maioria dos contabilistas está procurando cada vez mais buscar o conhecimento do SPED e acompanhar as mudanças que interferem tanto na vida profissional quanto nas empresas que ele presta serviços. Transformando-os em profissionais mais qualificados e ligados à área de gestão e controladoria da empresa que ele representa.

No entanto, 15% informaram não obter muitas informações dessa maneira e, 5% não freqüentam de forma alguma, mas solicita funcionários para participarem (como pode ser observado na Tabela 1).

Alternativas	Respondentes	%
Poucas vezes	3	15
Sim. Precisamos ter conhecimentos para adequar as empresas de forma correta ao sistema	16	80
Não. Mas solicitei ao assessor/funcionário para participar de cursos.	1	5
TOTAL	20	100

Fonte: dados da pesquisa 2011

Dos profissionais entrevistados, nota-se que 50% prestam serviços a mais de 31 empresas, 30% prestam entre 16 a 30 empresas, 15% entre 6 a 15 empresas e, apenas 5% prestam serviços entre 1 a 5 empresas (Gráfico 4).

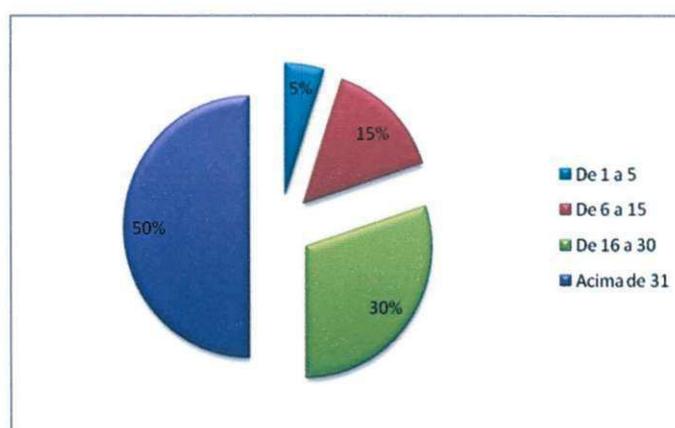


Gráfico 4 – Quantidade de clientes que prestam serviços
Fonte: dados da pesquisa 2011

O Gráfico 5 evidencia que 50% dos respondentes possuem até 25% dos seus clientes que já emitem NF-e, outros 40% possuem entre 26% a 50% de seus clientes emitindo o documento eletrônico e, apenas 10% possuem mais da metade de seus clientes utilizando o sistema novo de NF-e, entre 51% a 75% dos clientes. Observando, diante desse resultado, que apesar de o sistema de NF-e ser uma legislação recente, a prática da mesma está cada vez mais próxima do cotidiano do profissional contábil.

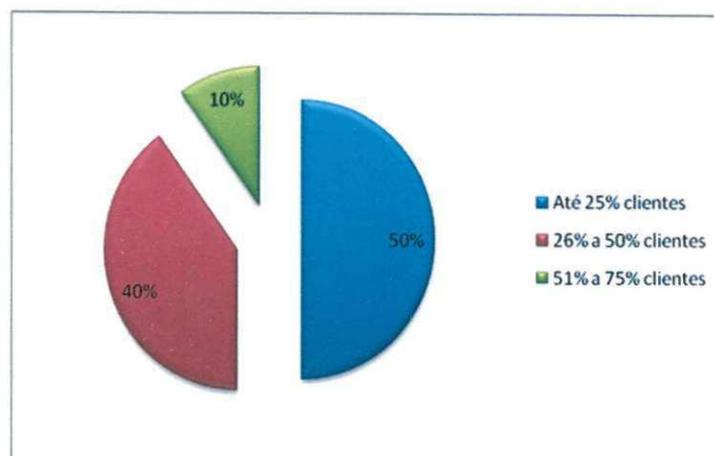


Gráfico 5 – Quantidade de clientes emitem NF-e
Fonte: dados da pesquisa 2011

Dos profissionais entrevistados, 65% afirmaram que as empresas foram adquirindo o novo sistema de software no intuito de atender as exigências da NF-e, preocupando-se com a qualidade dos serviços para obter informações úteis na sua gestão (Tabela 2). Verifica-se ainda que, 20% desses clientes já tinham o sistema, mas com algumas falhas e, 15% já possuem um sistema apto a gerar a NF-e, por já terem feito melhorias para a gestão das informações.

Tabela 2 – Sistema de Software

Alternativas	Respondentes	%
Foi adquirindo novo sistema de software, para atender as exigências da NF-e. Preocupando-se, principalmente com a qualidade, para que ao mesmo tempo, traga subsídios, para a gestão das informações	13	65
Já tinha o sistema, mas precisa solucionar algumas falhas	4	20
O sistema está apto a gerar NF-e, mas foi feito melhorias para a gestão das informações	3	15
TOTAL	20	100

Fonte: dados da pesquisa 2011

Obeve-se ainda no questionário que, 40% desses clientes ainda não estão preparados para o envio e guarda desses documentos eletrônicos. Porém, 60% dos profissionais afirmam que seus clientes estão aptos para a utilização desse sistema, tanto na recepção, envio e guarda (contábil e fiscal) desses documentos na forma digital.

No entanto, com a implantação do sistema, foram enfrentados alguns desafios para os clientes, de forma que 45% dos respondentes afirmam que essas dificuldades estão

relacionadas com a implantação do sistema. 35% relacionam as dificuldades com a conciliação das informações anteriores das atuais e, 20% encontraram dificuldades com a falta de conhecimento teórico a respeito do SPED, por acharem insuficiente para obter um resultado eficiente (Tabela 3).

Tabela 3 – Desafios implantação da NF-e

Alternativas	Respondentes	%
Dificuldades na implantação do sistema	9	45
Dificuldades de conciliação de informações anteriores com as atuais	7	35
Conhecimento teórico a respeito do SPED não é suficiente para o sucesso de sua implantação	4	20
TOTAL	20	100

Fonte: dados da pesquisa 2011

Foi identificado ainda que na implantação do sistema houve dificuldades com os cadastros de clientes, fornecedores, materiais e produtos (40%); problemas com a integração de sistemas ligados com o ERP versus arquivo SPED (25%); outra dificuldade foi encontrada pela falta de conhecimentos dos usuários que são responsáveis pelo sistema (45%).

Quando questionado sobre as ameaças geradas aos clientes relacionadas à gestão tributária com a vigência da NF-e, verifica-se nos dados que 60% afirmam ser o desconhecimento em toda a organização do significado e abrangência do SPED.

Outros 25% dos profissionais acreditam que as ameaças estão relacionadas com o desconhecimento do impacto que as tarefas básicas rotineiras podem causar à tributação da organização, 15% centralizam as ameaças nos controles internos não focados aos cuidados e necessidades do projeto SPED, evidenciados na Tabela 4.

Tabela 4 – Ameaças com a vigência da NF-e

Alternativas	Respondentes	%
Desconhecimento do impacto que as tarefas básicas rotineiras podem causar à tributação da organização.	5	25
Desconhecimento em toda a organização do significado e abrangência do SPED.	12	60
Controles internos não focados aos cuidados e necessidades do projeto SPED.	3	15
TOTAL	20	100

Fonte: dados da pesquisa 2011

Referente à redução dos custos com a implantação do sistema de NF-e, os respondentes afirmam que houve redução de impressão, aquisição de papel e envio do documento fiscal (21%); 26% acreditam que essa redução está no armazenamento do documento fiscal, já que esse tipo de arquivo será digital. No entanto, 53% mencionam relevância no impacto em termos ecológicos, já que haverá uma diminuição do consumo de papel, conforme pode-se observar no Gráfico 6.

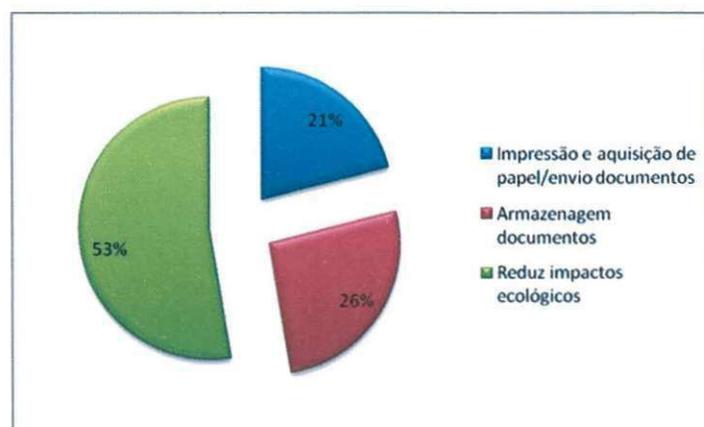


Gráfico 6 – Redução Custos com a implantação da NF-e
Fonte: dados da pesquisa 2011

Os respondentes (75%) ainda afirmam que com a implantação do sistema NF-e as empresa obtêm simplificação das obrigações acessórias, como a dispensa de autorização para impressão de documentos fiscais (AIDF). Comentam ainda que esse sistema ajuda no incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias.

Foi identificado também, na visão dos profissionais (100%), que a implantação da NF-e contribui para o surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de

serviços ligados à tecnologia. Além de diminuir a quantidade de procedimentos administrativos trazendo contribuições significativas na agilidade dos processos internos.

Observa-se no Gráfico 7 que 55% das empresas recebem suporte do Estado da Paraíba, através da Unidade Fazendária, necessário para o desenvolvimento do sistema NF-e. Além de estarem satisfeita em adotar esse sistema como forma digital tributária. No entanto, 45% não recebem suporte do Estado e nem se mostram satisfeita com o novo sistema.

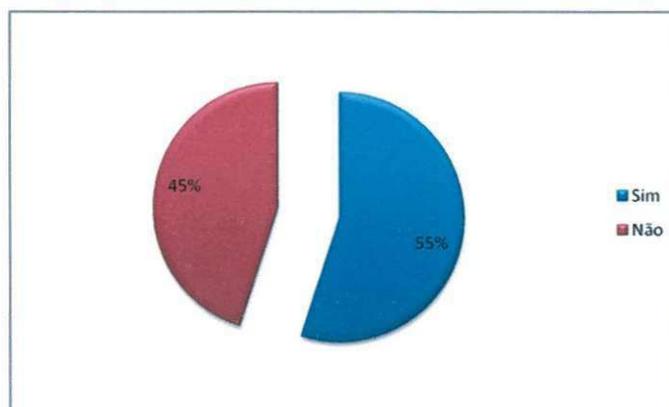


Gráfico 7 – Suporte do Estado Paraíba Satisfação com NF-e
Fonte: dados da pesquisa 2011

Com relação a treinamentos para os funcionários responsáveis pelo sistema NF-e, verifica-se na Tabela 5 que 15% investem somente em cursos, 20% investem em cursos ou palestras, 25% em cursos, palestras e consultoria. No entanto, 40% das empresas não investem em treinamentos para seus funcionários, demonstrando com isso, que seus profissionais deixam de ser qualificados, podendo influenciar negativamente na controladoria da empresa que o mesmo representa.

Alternativas	Respondentes	%
Sim. Investimento em cursos, palestras e consultoria	5	25
Sim. Investimento em cursos ou palestras	4	20
Sim. Somente em cursos	3	15
Não. Não foi feito investimentos	8	40
TOTAL	20	100

Fonte: dados da pesquisa 2011

Segundo Maciel (2009), o conhecimento que um profissional possui se torna indispensável para o seu crescimento e sucesso tanto da empresa como pessoal. Dessa forma, toda a tecnologia existente requer um novo perfil do profissional, precisando se atualizar para saber das necessidades do mercado em que atua.

Por fim, foi questionado sobre os benefícios/vantagens e desvantagens da implantação da NF-e. Primeiro se indagou sobre quais maiores benefícios, verificando que 15% afirmaram ser o cruzamento eficaz das informações e a simplificação dos processamentos dos dados, 35% informaram ser a agilidade, qualidade e precisão na transmissão e busca dos dados. Outros 50% relacionam esses benefícios a credibilidade das informações por se tornarem fidedignas, obterem um controle interno mais eficaz, além da organização, rapidez no envio das informações e a redução da evasão fiscal (Gráfico 8).

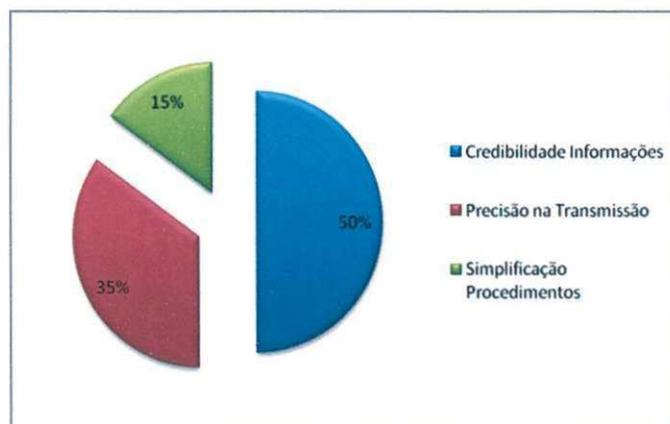


Gráfico 8 – Benefícios/Vantagens da NF-e
Fonte: dados da pesquisa 2011

Ainda conforme o autor citado acima, esse sistema trouxe vários benefícios aos profissionais contábeis e também as empresas, como por exemplo: redução de custos com a simplificação das inúmeras obrigações, eliminando excessos de informações, eliminando os custos com impressões e manutenção de impressoras, além do armazenamento das Notas Fiscais em arquivos e da preservação do meio ambiente com a redução do consumo de papel.

Nesse contexto, foi mencionado pelos respondentes (25%) também as desvantagens do sistema NF-e, entre elas: resistência por parte dos empresários em implantar o sistema como também em investir em treinamentos, além do aumento dos serviços nos escritórios. Outros 75% não questionaram sobre o tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve por objetivo o de identificar a percepção dos contadores da cidade de Sousa-PB acerca dos principais impactos da implantação da NF-e nas empresas sousenses. O objetivo proposto neste estudo foi alcançado, uma vez que foram evidenciados os benefícios (entre eles: simplificação dos procedimentos e a credibilidade das informações) e desafios da NF-e na opinião de prestadores de serviços contábeis, confirmando os fundamentos apresentados da revisão da literatura.

Com isso, entende-se que a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi criada com o intuito de modernizar a relação entre o fisco e as empresas, através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), facilitando a entrega e o processamento através de um sistema único de informações. Com a intenção de atualizar o sistema relacionado às obrigações acessórias utilizando-se a certificação digital, já que as empresas deixaram de utilizar o talonário de notas fiscais para migrar e fazer o registro das operações através do processamento eletrônico dos dados.

Buscou-se na pesquisa mostrar quais os impactos com a implantação do sistema nas empresas sousenses, verificando na análise que um dos maiores impactos foi à resistência por parte dos empresários na utilização do sistema, causada pela falta de conhecimento teórico a respeito do SPED.

No entanto, foi identificado também algumas dificuldades na implantação da escrituração digital, ente elas: o cadastro de clientes, fornecedores e produtos; além da integração de sistemas legados com o ERP versus o SPED.

Outro objetivo específico encontrado estava relacionado com os benefícios apontados com a implantação da NF- e, que sob a ótica dos profissionais esses benefícios estão relacionados com a redução de custos de impressão e armazenados dos arquivos, além da simplificação dos procedimentos e a facilidade do cruzamento das informações no sistema. Sendo mencionados ainda a rapidez no envio das informações e um maior controle interno, como também a informatização, segurança e agilidade de transmissão de dados.

Verificou-se também que os maiores benefícios estão ligados à administração tributária, como: aumento da confiabilidade da nota fiscal; melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações ente os fiscos; e a

diminuição da sonegação com aumento da arrecadação.

Diante do exposto, observa-se que existe concordância da maioria dos respondentes em relação aos benefícios que o sistema oferece. Verificou-se também que o projeto facilita a interligação de sistemas de informações, o que propicia redução da sonegação.

Como recomendação para trabalhos futuros, pode-se sugerir que sejam identificadas outras vantagens e desvantagens do SPED para o contribuinte, bem como fazer uma verificação detalhada de como se dá o funcionamento e o envio dos dados gerados pelo SPED para a base de dados do governo.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. In: **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.
- BRANCO, Leonardo O. de Araújo. **Nota Fiscal Eletrônica e SPED Aspectos Práticos e Implicações Tributárias: Atuação de Naturezas Consultiva, Contábil-Preventiva e Judicante-Contenciosa**. Artigo Jan/2008. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/a/4670/>. Acesso em: 05/06/2010.
- BRASIL, Ministério da Fazenda. **Reforma Tributária**. Brasília, fev. 2010. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 10/05/2010.
- BRASIL, **Decreto nº. 6.022. de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>. Acesso em 11/04/2010
- BRASIL. **Protocolo de Cooperação Técnica nº 01, 17 de julho de 2004**. Disponível em: < [http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat/protocolos/protocolo-01-2004-cadastro sincronizado](http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat/protocolos/protocolo-01-2004-cadastro_sincronizado) > Acesso em 11/04/2010.
- BRASIL. **Protocolo de Cooperação Técnica nº 02, 17 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat/protocolos/protocolo-02-2004-cooperacao-praticas> > Acesso em 11/04/2010.
- BRITTO, Demes. **Comentários acerca da legalidade do sistema público de escrituração digital – SPED**. Clubjus, Brasília-DF: 06 fev. 2009.. Disponível em: <http://www.clubjus.com.br/?artigos&ver=2.22674>. Acesso em: 30/05/2010.
- CARDOSO, Ricardo L. **SPED Contábil e Fiscal: Os desafios da implementação, uma abordagem prática**. 2010. Disponível em < http://www.iobsolucoes.com.br/pdf/Consulcamp_CIESP.pdf > Acesso em 25/07/2011.
- CARVALHO, Jerffeson Cezario de. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital - Impactos na Contabilidade das Empresas**. 2008. Disponível em: <http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=1682>. Acesso em: 20/06/2011.
- CASTRO, Marina Grimaldi de. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. SPED – Digital Bookkeeping System. **XVII Congresso Nacional do CONPEDI**. Brasília, novembro de 2008. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/10_86.pdf. Acesso em: 14/10/2011.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal – III: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil.** Editora cafelaranja comunicação, 2009.

ESTEVES, Maciel. **Desburocratização fiscal.** 2009. Disponível em: <http://www.revista.fundap.sp.gov.br/revista9/paginas/9-06-mc6-Desburocratizacao.htm>. Acesso em 01/10/2011.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Marilda Brito. **Os efeitos da tecnologia da informação na Contabilidade.** 2011. Disponível em: <http://www.netlegis.com.br/index.jsp?arquivodetalhesArtigosPublicados.jsp>. Acesso em: 10/07/2011.

DO CARMO FILHO, Manoel Martins. **Procedimento metodológico de avaliação da acessibilidade e mobilidade nos polos produtivos do interior do Amazonas.** 2009. Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes) – Doutor em Engenharia de Transporte, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE), 2009. Disponível em: <http://tesesufrj.wordpress.com/>. Acesso: 15/10/2011.

FRANCISCO, Suzana; RONCHI, Suelen Haidar; MECHELN, Pedro Jose Von. Os impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na gestão das micro e pequenas empresas. **2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade.** Florianópolis, outubro 2008. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/2CCF/20080811155109.pdf>. Acesso em: 26/10/2011.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** – 23. ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação a Pesquisa Científica.** 4 Ed. Revisada e Ampliada. Campinas/SP: Alínea, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. **Estrutura da ICP-Brasil.** Fev, 2001. Disponível em: <http://www.iti.gov.br>. Acesso em: 28/04/2010.

INTERINFO. **Nota Fiscal Eletrônica em Portais Web.** Fev 2002. Disponível em: <http://www.interinfo.com.br/sistemas/?tag=nota-fiscal>. Acesso em 29/04/2010

ILARINO, Samira; SOUZA, Marta Alves de. **SPED (SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL):** impactos da sua implantação na empresa xx. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis e Tributos em

Junho de 2010. E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol. III, n. 1, jul-2010. ISSN: 1984-2716. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ecivitas/. Acesso em: 14/09/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, André C.T. **SPED – A Contabilidade digital**. 2008. Disponível em < <http://www.netlegis.com.br/index.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=169> . Acesso em 05/03/2011.

MACIEL, Ilane Gomes. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo sob** sobre o impacto causado pelo SPED ao profissional contábil na cidade de Juazeiro- BA. 2009. Bacharelado em Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). Disponível em: <http://www.joseadriano.com.br/profiles/blogs/sped-monografia>. Acesso em: 02/08/2011.

MARION, José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo, 2005.

MORAES, Giseli Diniz de Almeida. **Tecnologia da Informação na Pequena Empresa: Uma Investigação sobre sua Contribuição à Gestão Estratégica da Informação em Empreendimentos Industriais do Minidistritos de São José do Rio Preto – SP**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

NASAJON, Cláudio; SANTOS, Eunice. **SPED e NF-e: Vem cá, que a gente explica**. 2010. Disponível em: <http://www.spedconsulta.com.br/>. Acesso em: 25/09/2011.

NASCIMENTO, Janice Aparecida do; LIMA, Robernei Aparecido de. **Nota Fiscal Eletrônica: uma tecnologia da informação como instrumento da contabilidade tributária**. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/9835/1/Nota-Fiscal-Eletronica-Uma-Tecnologia-Da-Informacao-Como-Instrumento-Da-Contabilidade-Tributaria>. Acesso em: 03/07/2011.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Luís Martins *et al.* **Manual de Contabilidade Tributária**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PEREIRA, Sidinei Aparecido et. al. **Governança Eletrônica na Administração Pública: Estudo de Caso sobre a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18º, 2008, Gramado. Anais eletrônicos...Gramado-RS, 2008. Disponível em: < www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/421.pdf >. Acesso em 12/04/2010.

PERUZZI, Rejane de Fátima Portela; GOMES, Edmilson Borges; RIBAS, Daiane. **Tributação das Micro e Pequenas Empresas**. Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis, 2009. Disponível em: <http://www.netlegis.com.br/indexRC>. Acesso em: 25/07/2011.

PINTO, José Adriano. **Resumo do SPED Fiscal**. 2008. Disponível em: <http://www.robertodiasduarte.com.br/resumo-do-sped-fiscal/>. Acesso em: 15/05/2010.

PORTAL NACIONAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA. **Conheço o Projeto da Nota Fiscal Eletrônica**. Mai. 2006. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal>. Acesso em 10/04/2010.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Abr. 2007. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>. Acesso em 10/04/2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e as doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Andréia Silva et al.. **Uma Discussão Acerca da Escrituração Contábil Digital a Partir da Implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, XI, 2010, João Pessoa. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/XI/enexXII/enid/enex/>. Acesso em 10/04/2010.

SILVA, Jandeson Dantas da; PEREIRA NETO, Fausto; COSTA, Wênyka Preston Leite Batista da. **Os Impactos da Implantação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) nas Empresas Brasileiras**. 2010. Disponível em: <http://www.netlegis.com.br/index.jsp>. Acesso em: 20/06/2011.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

APÊNDICE A – Questionário

QUESTIONÁRIO

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Pesquisa para realização da monografia referente à conclusão do
Curso de Ciências Contábeis

- **Objetivo Geral: identificar a percepção dos Contadores da cidade de Sousa-PB acerca dos principais impactos da implantação da NF-e nas empresas sousenses.**

Senhores Contadores,

Sou estudante do Curso de Ciência Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa-PB e, solicito a contribuição de todos para responder o questionário. Desde já comunico que os dados serão utilizados para elaboração da monografia para conclusão da Graduação em Ciências Contábeis. Não há necessidade de identificação pessoal.

Helder da Silva

1. Qual sua idade:

- Entre 21 a 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- Entre 31 a 35 anos
- Entre 36 a 40 anos
- Acima de 41 anos

2. Qual o seu sexo?

- Masculino
- Feminino

3. Quanto a sua formação, responda:

- Graduação em Ciências Contábeis
- Curso Técnico em Contabilidade
- Outro. Qual? _____

4. Você participou de cursos, palestras ou possui algum informativo para se adequar a NF-e ou para estar atento para as novas mudanças do SPED?

- Não.
- Poucas vezes.
- Sim. Precisamos ter conhecimento para adequar as empresas de forma correta ao sistema
- Não. Mas solicitei ao assessor/funcionário para participar de cursos.

5. Quantas empresas você presta serviços?

- De 1 à 5.
- De 6 à 15.
- De 16 à 30.
- Acima de 31

6. Quantos de seus clientes já emitem Nota Fiscal Eletrônica – NF-e?

- Nenhum.
- Até 25% do total dos clientes.
- Entre 26% até 50% do total de clientes.
- Entre 51% até 75% do total de clientes.
- Entre 76% e 100% dos clientes.

7. Quanto ao sistema de software, as empresas:

- Foi adquirido novo sistema de software, para atender as exigências da NF-e. Mas não foi preocupado com a qualidade do sistema.
- Foi adquirido novo sistema de software, para atender as exigências da NF-e. Preocupando-se, principalmente com a qualidade, para que ao mesmo tempo, traga subsídios, para a gestão das informações.
- Já tinha Sistema, mas precisa solucionar algumas falhas.
- O Sistema está apto a gerar NF-e, mas foi feito melhorias para a gestão das informações.

8. Com a NF-e utilizada por todos os agentes do mercado, seus clientes estão preparados para o envio, recepção e guarda (contábil e fiscal) desses documentos na forma digital?

- Sim.
- Não.

9. Na implantação da NF-e, quais os desafios encontrados na visão dos seus clientes?

- Dificuldades na implantação do sistema
- Dificuldade de conciliação de informações anteriores com as atuais
- Conhecimento teórico a respeito do SPED não é suficiente para o sucesso de sua implantação.

10. Na implantação da NF-e, qual dos itens abaixo resultou em maior dificuldade?

-) Cadastros de clientes e fornecedores.
-) Cadastros de materiais e produtos.
-) Integração de sistemas legados com o ERP versus arquivo SPED.
-) Entendimento, pelos gestores de departamentos, do projeto e novos controles resultantes.
-) Falta de conhecimento dos usuários que estarão operando os sistema.

11. O que poderia ameaçar os seus clientes quanto à gestão tributária com a vigência da NF-e?

-) Desconhecimento do impacto que as tarefas básicas rotineiras podem causar à tributação da organização.
-) Falta de comunicação entre os departamentos.
-) Desconhecimento em toda a organização do significado e abrangência do SPED.
-) Controles internos não focados aos cuidados e necessidades do projeto SPED.

12. Em sua opinião, a implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica traz relevante redução de que custos:

-) de impressão e aquisição de papel.
-) do envio do documento fiscal.
-) de armazenagem de documento fiscal.
-) do consumo de papel, e conseqüentemente com o impacto em termos ecológicos.

13. Você acredita que a implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica traz relevante simplificação de obrigações acessórias, como, por exemplo, a dispensa de autorização para impressão de documentos fiscais (AIDF)?

-) Sim
-) Não

14. A implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica incentiva o comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias?

-) Sim
-) Não

15. A implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica contribui para o surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à tecnologia da NF-e?

Sim

Não

16. O Estado da Paraíba oferece, através da sua Unidade Fazendária, o suporte necessário para o desenvolvimento do sistema de NF-e?

Sim

Não

17. A implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica diminui a quantidade de procedimentos administrativos, trazendo contribuições significativas na agilidade dos processos internos.

Sim

Não

18. Quais os maiores benefícios/vantagens recebidos as empresas, que você presta serviços contábeis, por implantar o NF-e?

Redução de custos operacionais

Simplificação de procedimentos

Agilidade/qualidade/precisão na transmissão e busca dos dados

Cruzamento eficaz de informações

19. As empresas investem em treinamento para os envolvidos no sistema NF-e?

Sim. Investimento em cursos, palestras e consultoria;

Sim. Investimento em cursos ou palestras;

Sim. Somente em palestras;

Sim. Somente em cursos;

Não. Não foi feito investimentos;

Outro. Qual?: _____

20. As empresas estão satisfeitas de adotar NF-e como forma digital de informação tributária?

() Sim

() Não

21. Para sua empresa, a NF-e trouxe mais vantagens ou desvantagens?

() Vantagens

Quais? _____

() Desvantagens

Quais? _____
